

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2012

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer o encaminhamento de pedido de informações a Excelentíssima Sra. Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) sobre a participação do Distrito Federal no Programa "Viver sem Limite"- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 50, § 2º da Constituição Federal e arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I do Regimento Interno, vimos requerer o encaminhamento de pedido de informações a Excelentíssima Sra. Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) sobre a participação do Distrito Federal no Programa "Viver sem Limite"- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme segue:

- 1) Sra. Ministra, o Distrito Federal aderiu ao Programa "Viver Sem Limite", do governo federal?
- 2) Quais ações do governo federal estão sendo desenvolvidas para as pessoas com deficiência, no âmbito do Distrito Federal?
- 3) Caso não exista nenhum programa em curso nesse sentido, quais iniciativas estão sendo propostas pela SDH/PR para viabilizar ações de educação, saúde, inclusão social e acessibilidade para a população com deficiência no Distrito Federal?

CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Fomentar políticas públicas que assegurem às pessoas com

deficiência o direito de expressarem a sua autonomia e desenvolver suas

potencialidades foi o desafio traçado pelo "Viver Sem Limites" - Plano Nacional

dos Direitos da Pessoa com Deficiência, lançado pela presidente Dilma Rousseff

em 17 de novembro de 2011, que prevê investimentos federais da ordem de R\$

7,6 bilhões até 2014 para ações de educação, saúde, inclusão social e

acessibilidade.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), existem 500 mil pessoas com algum tipo de deficiência no Distrito

Federal, o que representa 22% da população local. O número delas

formalmente empregadas no Brasil caiu 12% entre 2007 e 2010. Apesar de o

país ter criado 6,5 milhões de postos com carteira assinada nesse período,

apenas 42,8 mil vagas para pessoas com algum tipo de deficiência foram

preenchidas, conforme constatação do Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE).

Diante do exposto, e dada a relevância da matéria em comento, formulo

o presente pedido de informação.

Sala das Sessões, de de 2012.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF